

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo, Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

SILVA, Carla Luciana*

Política brasileira: embate de projetos hegemônicos reúne uma série de ensaios do autor que vem de longa data estudando a questão da hegemonia como elemento central para a construção do processo revolucionário pelos trabalhadores, a partir de uma leitura própria da obra de Antonio Gramsci. Mais que isso, o autor atua na perspectiva da práxis gramsciana em sua trajetória militante.

O livro, fruto do amadurecimento de sua reflexão e de sua militância sindical, se divide em duas partes. A primeira, “liberalismo e marxismo” traz discussões teóricas acerca de elementos chave para a análise da intervenção política concreta e revolucionária.

No primeiro capítulo, *Gramsci e a política hoje*, o filósofo da práxis é discutido não como um teórico para “ser usado”, e sim como um arsenal na luta de classes da perspectiva dos trabalhadores. Não um Gramsci idealista e muito menos social-democrata, mas o comunista e intelectual orgânico da classe trabalhadora. A atuação no campo da política aparece não como luta parlamentar, mas como forma de armar a luta dos trabalhadores diante da reestruturação produtiva que busca renovar o “trabalhador para o capital”.

No segundo capítulo, “*da natureza corrupta do capitalismo e de suas formas práticas*” mais breve, a discussão sobre a natureza corrupta do capitalismo aponta elementos para compreender a corrupção não como uma anomalia ou um desvio das relações capitalistas, mas como algo indissociável, que faz parte da sua gênese. Portanto, combatê-la pontualmente não vai eliminá-la.

No terceiro capítulo “*o embate hegemônico*”, Edmundo Dias retoma uma temática central na análise gramsciana, e tema que já mereceu estudos aprofundados do próprio autor (1996, 2000). A hegemonia não é apenas uma construção ideológica, mas um espaço da construção de uma nova visão de mundo que se materializa e instrumentaliza a ação. Não é algo pronto e acabado, mas em

* Professora do Curso de História e do Programa de Mestrado em História da UNIOESTE – Linha de Pesquisa Estado e Poder.

construção e sem o que a chegada ao poder vai apenas reproduzir o mesmo já existente.

A ideologia burguesa tem sido sistematicamente eficiente em mostrar-se como sendo a ideologia da própria classe trabalhadora, criando mecanismos que fazem com que a contradição fundamental desapareça da reflexão e perdendo a perspectiva de sua dissolução da ação política. É por isso que não se pode perder de vista que o embate hegemônico é a “*capacidade de uma classe subordinar / coordenar classes aliadas ou inimigas*” (p. 61).

É preciso ter presente a existência das duas concepções de mundo: o marxismo e o liberalismo. Este e não aquele faz-se racionalidade para a classe trabalhadora. Ou seja, o liberalismo tem se reproduzido enquanto hegemonia. É necessário, para que o marxismo seja assumido como projeto da classe, que se leve em conta o caráter pedagógico da construção de hegemonia. E isso implica em levar em conta elementos introjetados como a teoria do valor e igualmente fundamental: o papel da linguagem como lócus do senso comum.

O economicismo é problematizado como sendo uma distorção decisiva. Ele, junto com o determinismo “*são os grandes inibidores da reflexão*” (p. 56). Ele impede que se dê conta do valor e do fetichismo da mercadoria. Como qualquer ideologia que faz parte constituinte do real são “*armas de classe*” (p. 79), não podendo serem entendidos fora de sua constituição.

A questão da criação da identidade da classe trabalhadora, a partir da qual se deve construir a nova civilidade, é essencial, mas não se trata de visões pessoais, dissociadas do real concreto. É nesse sentido que o papel do intelectual da classe ganha maior relevância:

a hegemonia é exatamente isso; a criação de uma massa de homens capazes de ‘pensar coerentemente e de modo unitário’ o presente e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório. Não pode haver exterioridade entre a filosofia da práxis e o conjunto das classes subalternas. (p. 71. Grifo original)

Isso não significa abandonar a questão moral, pelo contrário, colocá-la pela perspectiva da própria classe trabalhadora, que deve abranger também o campo da família, da pátria, da fraternidade e do amor. A ideologia dominante entra de forma indissociada na própria organização das relações de produção, pois como Gramsci já mostrou,

a ideologia começa na fábrica (no local de trabalho) e esse é um elemento de análise que não foi incorporado pela direção da classe trabalhadora como já foi apontado por Dias ao analisar os limites da Revolução Russa. (1997) O desenvolvimento das forças produtivas não pode ser visto como passo externo à transformação real das relações de produção, sob pena de seguir reproduzindo capital.

Uma boa parte da análise de Dias sobre a hegemonia busca ainda aprofundar “*a concepção de mundo liberal, a estratégia capitalista*”; a ela opõe o “*marxismo como campo estratégico das classes trabalhadoras*”, tendo como única alternativa a construção de uma nova racionalidade pelo marxismo.

Na segunda parte, “*elementos para a análise do governo Lula (notas de conjuntura)*” o autor propõe elementos para a análise do governo Lula. São, como ele mesmo aponta, notas de conjuntura. Os textos foram escritos no calor dos debates e da intervenção política do autor, como dirigente do Sindicato Nacional – Andes. A análise de notabiliza pela proposta de ser arma na luta, fruto da sua atuação enquanto intelectual orgânico.

Trata-se, portanto, de texto de “história imediata”, análises conjunturais que serviram para pautar o debate político concreto do sindicato em seus congressos. Por isso mesmo as previsões feitas pelo autor não foram revistas, pois os textos na íntegra balizaram a intervenção política concreta.

Uma das principais teses defendidas é a do *transformismo* do Partido dos Trabalhadores, e mais propriamente de Lula da Silva, títere mas também agente do processo de contra-reformas que vêm atingindo em cheio a organização dos trabalhadores. Ao colocar a pergunta “*traição ou lógica?*” percebemos que não é possível simplesmente buscar a atribuição de culpa a um sujeito, mas sim buscar um projeto, corporificado em um programa de longo alcance. A adaptação da formação social às novas necessidades da acumulação gera o novo bloco histórico, readequando as relações sociais.

O governo e o próprio processo eleitoral assumem um papel central no sentido da contradição entre socialização da produção e apropriação privada da riqueza social produzida (p. 226). Muito mais eficiente para a construção da hegemonia que essa seja dirigida por um ex-militante sindical. A sua figura usurpa de um momento histórico ímpar, a crença de parcela importante da população brasileira

de que estaria elegendo um trabalhador e que isso levaria à transformação social e da sua situação explorada. Por isso o slogan dizia que “a esperança venceu o medo”. Seria esse um momento restrito da consciência econômico corporativa? Se para parcelas das classes subalternas sim, o sentido que ganha essa eleição é o da hegemonia burguesa.

Nesse sentido, no momento de declínio do estado de bem-estar social, a ideologia da governabilidade ganha maior relevância. O transformismo do PT ajuda a entender que o partido abandone bandeiras históricas da classe trabalhadora para tomar a frente na defesa da deslegitimação das lutas populares, na cooptação de seus dirigentes e do engessamento da possibilidade de que os mesmos possam propor a direção de seus movimentos. Tudo isso se constrói tendo a bandeira da governabilidade, que leva a políticas estritamente defensivas para a classe trabalhadora.

Uma das grandes questões em debate se relaciona à utilização por parte da classe trabalhadora dos mecanismos disponibilizados pelo próprio Estado como espaços de sua atuação. O estado, como organizador das relações de classe, amplia suas formas de ação e expande-se para a sociedade civil, aqui entendida como espaço de conflitos e da luta de classes. Nesse sentido, as organizações da classe trabalhadora não podem prescindir desses espaços, pois a própria luta sindical está inserida na institucionalidade. No entanto, reduzir a luta a esse campo é fazer ação defensiva e abrir espaço para cooptação dos dirigentes, legitimando também a prática da inexorabilidade e da governabilidade.

No discurso hegemônico aparece como inexorável a falsa afirmação da divisão entre economia e política. E isso é muitas vezes introjetado e reproduzido com conseqüências nefastas para os trabalhadores, pois se perde a historicidade do processo, cristalizando uma visão que diz, por exemplo, que pouco se pode mudar no âmbito parlamentar, que as cartas já estão dadas, e que as contra reformas ocorrerão de qualquer forma. Não se trata de defender a estrita luta parlamentar, mas os números e dados econômicos são despejados de tal forma que parece que a política nada mais é do que um teatro em que personagens seguem um roteiro externo, em que os movimentos são ditados por um roteirista que sequer sabemos quem seja. Tome-se o caso dos ataques à previdência pública como exemplo e veremos

como a contra-reforma é colocada como inexorável, usando inclusive o argumento da “natureza” da velhice como argumento.

A discussão de conjuntura ganha sentido à luz da reflexão teórica inicial.

O Estado não pode ser reduzido à mera vontade dos dominantes como se as contradições classistas (entre as classes e intraclasses) não existissem e não determinassem o sentido das formas de fazer política. As classes subalternas, se assim procedem, ficam prisioneiras de um politicismo des-historicizado, irmão-gêmeo do economicismo: formas do mais acabado pensamento burguês. (p. 23)

Não pode o transformismo do PT levar ao abandono da perspectiva de luta, porque isso seria dar razão a teorias que pregam a inevitabilidade da Terceira Via como prática política hegemônica. E mais uma vez seria assumir o discurso hegemônico como o único possível, repetindo a lógica do “pensamento único”. Como indica Dias, hegemonia abrange um todo: “*a crítica prático-teórica da estruturação das formas de dominação e, por outro, a condição de possibilidade alterar as regras já dadas*” (p. 23).

A análise da política atual se situa nas reformas neoliberais promovidas pelos governos pós-ditadura, especialmente a partir de Fernando Henrique Cardoso. Mais atual e crucial para a luta dos trabalhadores é a implantação dessas reformas pelo governo Lula. Dias chama esse movimento de “*contra-revolução capitalista*”. Um momento de remodelação do capital, redesenho das formas produtivas e institucionalidade. “*A tentativa é de construir uma classe trabalhadora do capital e não apenas para o capital*”. (p. 199)

Esse projeto, em consonância com o capital financeiro internacional e ferrenhamente defendido e posto em prática para os fundos de pensão, necessita mudar tudo. Da estrutura universitária, às leis sobre o trabalho, à gestão da política: “*Buscamos com a hipótese da contra-revolução preventiva apontar o sentido e a direção da política vivenciada hoje no Brasil*”. Nesse sentido “*ultrapassa-se de longe a possibilidade da revolução passiva. Não se trata apenas de capturar as subjetividades antagonistas mas de incorporá-las ativamente ao bloco de poder*”. (p. 200) Isso ajuda a explicar a eleição de Lula da Silva e o governo de conciliação de classes, “*alguém com prestígio popular, aura de combatividade para garantir a transição... para o atraso e a subordinação*”.

Diferente de análises superficiais, Dias aponta que Lula já era o escolhido em 2002 apesar da capa de oposição de alguns partidos burgueses e da grande imprensa. Era necessário sua “base de massas” social. Mas o sentido seria o da acomodação, do conformismo enquanto levaria à possibilidade de desorganização da classe trabalhadora. A burocracia do partido do presidente e da CUT ajudariam sobremaneira na tentativa de castração dos movimentos sociais a partir da imposição do ideário da “cidadania” (“central cidadã”). A cidadania serviu em cheio para a aceitação passiva da reestruturação produtiva.

Por isso o “*modo petista de governar desorganizar, reprimir*”, em conjunto com a CUT, refundou mitos reacionários como o “custo Brasil”, a governabilidade e a “inempregabilidade”. E isso tudo com o respaldo acadêmico majoritário.

O histórico traçado da CUT e a posterior criação da CONLUTAS aponta para a própria história do autor nos fatos narrados. O caráter ensaísta se mantém e evidentemente não encerra as questões e nem dá sobre ele uma interpretação definitiva. Mostra de outra forma um pouco da trajetória da esquerda brasileira que ainda acredita no papel da organização dos trabalhadores e na necessidade da unificação da luta. O momento de crise que vivemos abre também a possibilidade concreta de lutas. A idéia de crise é fundamental: “*se na lógica burguesa a crise é subversiva porque põe em perigo, na lógica das classes trabalhadoras ela é a possibilidade de criação de uma nova sociabilidade*” (p. 218), “contra essa ordem e a favor da hegemonia dos trabalhadores” (p. 219).

Mas, ele mesmo aponta, trata-se de possibilidade, não de fatalidade. Somente poderá ocorrer com a luta dos próprios trabalhadores. E essa apenas se construirá a partir do pleno conhecimento da realidade atual e da organização da vontade coletiva.

Por fim, a fácil leitura se não deve à indigência teórica, pelo contrário. Deve-se ao amadurecimento teórico e à consciência do autor de que o seu texto pretende ser um *livro vivo*. Por isso traz as discussões conceituais fundamentais dialogando com o real vivido e buscando transformar-se em instrumento de ação concreta sem prescindir da reflexão teórica.

Do ponto de vista da compreensão da realidade que vivemos e das transformações no Bloco Histórico esse livro se soma a outros

recentes. Sinal positivo de que estamos avançando na criação de instrumentos de contra-hegemonia. Dias se refere sempre à necessidade de “afinar o coro dos descontentes”, condição imprescindível para criar instrumentos de ruptura com essa ordem burguesa. Nesse sentido que vale aqui a referência a outra obra recentemente publicada que é fruto de mais um trabalho coletivo de compreensão da forma atual de aprofundamento do capitalismo. Nesse novo bloco histórico:

Tais mudanças vêm-se expressando, ainda, em processos de alargamento da participação política, apesar de obviamente limitada, da sociedade civil, os quais se incumbem de também redefinir, em grande medida, as relações de poder e as próprias tentativas, por um lado, de legitimação desse poder pelas classes sociais dominantes e, por outro, das lutas travadas pelas classes dominadas, no sentido de uma alteração radical dessas relações. Sendo assim, a complexificação da sociedade civil terá claramente uma relação direta com a busca pelas classes dominantes de fazer face a ela, visando a superar, tanto nos planos especificamente nacionais e regionais quanto em nível mundial, a possível contradição entre o alargamento da participação política e a apropriação privada da produção da vida. (NEVES, p. 20).

Divulgar esses estudos que são parte de projetos de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora faz parte da ampliação das condições de luta contra a atual fase do capitalismo em que tudo parece ser imutável e inexorável. A ideologia dominante quer a todo momento fazer-se única e dar o sentido da vida para cada homem. Mas a materialidade da vida dos trabalhadores não tem porque continuar se submetendo a isso.

Referências:

- DIAS, Edmundo. (et al). *O outro Gramsci*. São Paulo, Xamã, 1996.
- DIAS, Edmundo. A Revolução Russa vista por Gramsci. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). *A revolução de Outubro sob o olhar da história*. São Paulo, Scritta, 1997.
- DIAS, Edmundo. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo, Xamã, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.

Resenha recebida em 15/06/2007 – Resenha aceita em 27/06/2007.